

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Categoria do Objeto	Prestação de serviços sob demanda de desmontagem, montagem, remanejamento e reinstalação de mobiliário corporativo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante Ordens de Serviço.
Responsável Pela Demanda	Gerência Administrativa e Financeira
Equipe de Planejamento	Vinicius Tadeu Rezende Rosa Suélen Teixeira de Paula

NECESSIDADE

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade demonstrar a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desmontagem, montagem, remanejamento e transporte interno de mobiliário corporativo no edifício-sede do Conselho.

A necessidade decorre da execução de reformas e adequações prediais programadas para o edifício-sede, as quais exigirão a liberação temporária de salas e demais ambientes administrativos para viabilizar a atuação da empresa responsável pelas obras.

Em razão disso, será necessário promover o esvaziamento dos ambientes afetados, mediante desmontagem, deslocamento interno, remanejamento e posterior reinstalação dos móveis e estações de trabalho, conforme cronograma das obras e orientações da equipe técnica do Conselho.

Considerando que os serviços demandam mão de obra especializada, ferramentas adequadas e técnicas apropriadas para evitar danos ao patrimônio público, bem como garantir a continuidade das atividades administrativas durante a execução das reformas, verifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada para execução dos serviços sob demanda.

A contratação pretendida busca assegurar maior eficiência operacional, segurança no manuseio e transporte dos bens patrimoniais, adequação logística às etapas da reforma e minimização de riscos de avarias ao mobiliário institucional.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Gerência Administrativa e Financeira	Vinicius Tadeu Rezende Rosa

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos do objeto:

A contratação deverá contemplar a prestação de serviços, sob demanda, de desmontagem, montagem, remanejamento, transporte interno e reinstalação de mobiliário corporativo e estações de trabalho nas dependências do edifício-sede do Conselho, conforme necessidade da Administração.

A contratada deverá:

- a) fornecer mão de obra qualificada e em quantidade suficiente para execução dos serviços;
- b) disponibilizar ferramentas, equipamentos e materiais necessários à adequada execução dos serviços;
- c) realizar a desmontagem, movimentação e remontagem dos móveis sem causar danos ao patrimônio público;
- d) promover o transporte interno dos mobiliários entre salas, andares e demais ambientes do edifício, conforme orientação da equipe técnica do Conselho;
- e) executar os serviços conforme cronograma e Ordens de Serviço emitidas pela Administração;
- f) adotar medidas de proteção dos móveis, equipamentos e instalações prediais;
- g) responsabilizar-se por eventuais danos causados aos bens patrimoniais ou às instalações do órgão;
- h) observar as normas de segurança do trabalho aplicáveis às atividades executadas;

Os serviços serão executados sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme necessidade decorrente das etapas das reformas prediais.

4.2. Vigência contratual

Conforme art. 6º, inciso XV, da Lei n.º 14.133/2021, considera-se serviços e fornecimentos contínuos: *serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.*

Assim, considerando que a reforma do prédio poderá se prolongar, devido às eventualidades que são próprias da atividade, a vigência contratual deverá ser de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos do 106 da Lei 14.133/2021.

A execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço pela Administração.

4.3. Requisitos legais e regulamentares:

A contratação deverá observar as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas aplicáveis à contratação pública.

Deverão ser observadas, especialmente:

- a) os princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021;
- b) as normas relativas à segurança e medicina do trabalho;
- c) as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis às atividades executadas, especialmente aquelas relacionadas à movimentação de cargas e segurança no ambiente laboral;
- d) as disposições relativas à responsabilidade civil por danos ao patrimônio público;
- e) as orientações e boas práticas constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, no que couber;
- f) demais normas técnicas e regulamentares pertinentes ao objeto.

4.4. Requisitos de sustentabilidade

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, observando, sempre que aplicável, as diretrizes constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

Deverão ser observadas, entre outras, as seguintes medidas:

- a) utilização racional de materiais e insumos;
- b) redução da geração de resíduos durante a execução dos serviços;
- c) descarte ambientalmente adequado de resíduos eventualmente gerados;
- d) adoção de práticas que minimizem impactos ambientais e desperdícios;
- e) utilização de equipamentos e ferramentas em adequado estado de conservação, visando maior eficiência operacional.

Sempre que possível, os materiais de proteção e acondicionamento utilizados deverão ser reutilizáveis ou recicláveis.

4.5. Continuidade dos serviços

A contratação tem caráter prolongado, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei n.º 14.133/2021, podendo o contrato ser prorrogado, caso haja necessidade de manutenção dos serviços por mais de 12 (meses).

A contratação mostra-se necessária para assegurar a continuidade das atividades administrativas do Conselho durante a execução das reformas prediais no edifício-sede.

A adequada desmontagem, remanejamento e reinstalação dos mobiliários permitirá a liberação dos ambientes para realização das obras sem interrupção integral das atividades institucionais, possibilitando a reorganização temporária dos setores e garantindo condições adequadas de funcionamento da Administração.

A ausência da contratação poderá comprometer o cronograma das reformas, dificultar a execução das obras e ocasionar riscos de danos ao patrimônio mobiliário do órgão.

4.6. Vistoria

Será necessária a vistoria do local da prestação dos serviços, considerando que a estrutura é fator determinante para o adequado dimensionamento da proposta. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

SOLUÇÃO

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, realizou-se levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade de prestação de serviços de desmontagem, montagem, remanejamento e reinstalação de mobiliário corporativo, em decorrência das reformas e readequações de ambientes no edifício da Administração.

Verificou-se que o mercado possui empresas especializadas na execução de serviços correlatos à movimentação e reorganização de mobiliário corporativo, abrangendo, dentre outras atividades:

- desmontagem e montagem de estações de trabalho, armários, mesas, divisórias e demais móveis corporativos;
- remanejamento interno de mobiliário e bens patrimoniais;
- reinstalação e reorganização de mobiliário em novos layouts;
- apoio operacional às mudanças internas de setores administrativos;
- acondicionamento e proteção de mobiliário durante movimentações;
- execução de ajustes necessários à reinstalação dos móveis.

O levantamento realizado identificou que tais serviços são usualmente contratados pelos seguintes modelos:

a) Contratação por demanda específica

Modelo caracterizado pela realização de contratações pontuais para execução de serviços previamente delimitados, com quantitativos e cronogramas definidos.

Embora aplicável em situações isoladas, esta modalidade mostra-se menos adequada ao presente caso, tendo em vista que as reformas e adequações prediais ocorrem de forma gradual, dinâmica e sujeita a alterações de planejamento, dificultando a definição prévia e precisa dos quantitativos e da frequência das demandas.

b) Contratação com dedicação exclusiva de mão de obra

Modelo em que a contratada disponibiliza equipe fixa ou postos permanentes de trabalho para atendimento contínuo das demandas da Administração.

Após análise, verificou-se que esta solução não se mostra economicamente vantajosa para a presente necessidade, considerando o caráter eventual e parcelado dos serviços a serem

executados, podendo ocasionar períodos de ociosidade da equipe contratada e aumento dos custos administrativos e contratuais.

c) Contratação sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra

Modelo em que os serviços são contratados conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Ordens de Serviço, sem manutenção de equipe fixa à disposição do órgão.

Observou-se que esta solução é amplamente utilizada para demandas de natureza variável e intermitente, especialmente em situações de reformas, readequações de layout e remanejamento de unidades administrativas.

Após análise comparativa das alternativas disponíveis, concluiu-se que a prestação de serviços sob demanda de desmontagem, montagem, remanejamento e reinstalação de mobiliário corporativo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante emissão de Ordens de Serviço, apresenta-se como a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, pelos seguintes motivos:

- possibilidade de execução parcelada dos serviços conforme cronograma e evolução das obras;
- maior flexibilidade operacional para atendimento das necessidades da Administração;
- pagamento restrito aos serviços efetivamente executados, com possibilidade de redução do quantitativo, observado o limite legal;
- redução de custos decorrentes da manutenção de equipe fixa;
- maior eficiência na gestão contratual e orçamentária;
- possibilidade de atendimento célere às demandas de remanejamento e reorganização dos ambientes administrativos.

Dessa forma, a prestação de serviços sob demanda de desmontagem, montagem, remanejamento e reinstalação de mobiliário corporativo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante Ordens de Serviço, mostra-se tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa para a Administração.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desmontagem, montagem, remanejamento e transporte interno de mobiliário corporativo, sob demanda, no edifício-sede do Conselho, visando atender às necessidades decorrentes das reformas e adequações prediais programadas.

Os serviços compreenderão o desmonte de móveis, estações de trabalho, armários, mesas e demais itens do mobiliário institucional, bem como seu deslocamento interno, acondicionamento, remanejamento entre ambientes e posterior reinstalação, conforme cronograma das obras e orientações da equipe técnica do Conselho.

A execução deverá ocorrer de forma planejada e gradual, acompanhando as etapas das intervenções prediais, de modo a possibilitar a liberação dos ambientes afetados, minimizar impactos nas atividades administrativas e garantir a continuidade operacional do Conselho.

A solução contempla ainda a utilização de mão de obra qualificada, ferramentas adequadas, técnicas apropriadas de manuseio e transporte, além da adoção de medidas de proteção necessárias à preservação do patrimônio público, com vistas à redução de riscos de avarias ao mobiliário e à adequada organização logística dos ambientes durante a execução das reformas.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base no levantamento dos bens patrimoniais localizados nas áreas impactadas pelas reformas e readequações dos ambientes administrativos, contemplando mobiliário corporativo devidamente registrado, tais como mesas, estações de trabalho, cadeiras, armários e demais itens inventariados.

A quantificação desses bens foi realizada de forma objetiva, a partir dos registros patrimoniais disponíveis e da identificação dos ambientes que serão objeto de desmontagem, montagem, remanejamento e reinstalação, permitindo a definição de quantitativos estimados para fins de planejamento da contratação.

A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço, ao longo da vigência contratual, podendo contemplar atendimentos de diferentes níveis de complexidade e quantitativos variáveis, conforme as necessidades da Administração.

Assim, a estimativa apresentada reflete a demanda prevista para atendimento das necessidades da Administração, podendo sofrer variações ao longo da execução contratual, observados os limites de acréscimo e supressão estabelecidos na Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo ao atendimento da finalidade pública.

As quantidades de itens e sua respectiva distribuição por pavimento estão detalhadas no Anexo I – Relação de Itens, integrante deste Estudo Técnico Preliminar.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estimativa preliminar do valor da contratação: R\$ 36.000,00

A estimativa do valor da contratação foi definida com base em orçamento apresentado por fornecedor especializado na prestação dos serviços de desmontagem, montagem, remanejamento e transporte interno de mobiliário corporativo, considerando os quantitativos identificados nas áreas impactadas pelas reformas e readequações dos ambientes administrativos.

O referido orçamento serviu como referência para a composição do valor estimado da contratação, por refletir condições compatíveis com a realidade do objeto e com a execução dos serviços demandados.

O valor estimado será utilizado para fins de planejamento orçamentário e subsidiará a condução do processo de contratação, podendo ser ajustado conforme as etapas de instrução do processo e demais elementos técnicos que venham a ser incorporados.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em observância ao disposto no art. 47, inciso II e §1º da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento da solução pretendida.

A contratação tem por objeto a prestação de serviços sob demanda de desmontagem, montagem, remanejamento e reinstalação de mobiliário corporativo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante emissão de Ordens de Serviço, no âmbito das reformas e readequações dos ambientes administrativos.

Após avaliação das características da demanda e das práticas usualmente adotadas por órgãos e entidades da Administração Pública em contratações semelhantes, concluiu-se que a solução deverá ser licitada em lote único, sem parcelamento do objeto em itens distintos, pelos motivos a seguir expostos.

Os serviços previstos possuem natureza integrada e complementar, sendo executados de forma articulada e frequentemente simultânea, o que demanda coordenação operacional unificada e responsabilidade técnica centralizada. A eventual divisão do objeto em múltiplos contratos poderia comprometer a execução adequada das atividades, especialmente em razão da necessidade de compatibilização entre desmontagem, movimentação e reinstalação do mobiliário, além da observância dos cronogramas das reformas prediais.

Sob o aspecto da responsabilidade técnica, o parcelamento poderia gerar dificuldades na identificação e atribuição de responsabilidades por danos, atrasos, falhas de montagem, avarias em mobiliário ou incompatibilidades decorrentes da execução por diferentes empresas, aumentando o risco de conflitos contratuais e prejuízos à Administração.

Do ponto de vista econômico e administrativo, verificou-se que o parcelamento da solução acarretaria aumento dos custos de gestão e fiscalização contratual, em razão da necessidade de acompanhamento simultâneo de múltiplos contratos, emissão de diversas Ordens de Serviço e coordenação entre diferentes prestadores, sem que houvesse ganho relevante de economicidade.

Adicionalmente, observou-se que o mercado especializado neste segmento é composto, em sua maioria, por empresas aptas a executar integralmente o objeto pretendido, não se verificando restrição relevante à competitividade decorrente da contratação em lote único. Dessa forma, entende-se que a não divisão do objeto não compromete a ampliação da competição nem promove concentração indevida de mercado.

Ressalta-se, ainda, que a adoção de execução sob demanda mediante Ordens de Serviço, já proporciona flexibilidade contratual e racionalização da execução, permitindo que a Administração solicite os serviços à medida da sua demanda e evolução da reforma.

Diante do exposto, conclui-se que o não parcelamento da solução mostra-se tecnicamente mais adequado e economicamente mais vantajoso para a Administração, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui correlação direta com os contratos e instrumentos administrativos relacionados às reformas prediais, adequações de layout, manutenção predial e reorganização dos ambientes administrativos da unidade.

Os serviços de desmontagem, montagem, remanejamento e reinstalação de mobiliário corporativo são executados, em regra, de forma concomitante ou subsequente às intervenções de engenharia, arquitetura, manutenção civil, elétrica, lógica e de climatização, mostrando-se necessários para viabilizar a liberação de espaços, a execução das obras e a posterior recomposição dos ambientes de trabalho.

Nesse contexto, destacam-se como contratações correlatas e/ou interdependentes:

- contratos de reforma e manutenção predial;
- serviços de adequação de layout e reorganização de ambientes administrativos;
- serviços de instalação e remanejamento de pontos elétricos, lógicos e de telecomunicações;
- serviços de divisórias, forros e climatização;
- eventual aquisição de mobiliário corporativo complementar ou substitutivo;
- serviços de transporte e movimentação patrimonial.

Ressalta-se, contudo, que a presente contratação possui autonomia operacional e funcional, podendo ser executada independentemente da formalização simultânea de outros contratos, uma vez que seu acionamento ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço, conforme necessidade da Administração.

A interdependência existente refere-se principalmente ao alinhamento dos cronogramas de execução, de modo a garantir compatibilidade entre as atividades de reforma dos ambientes e os serviços de remanejamento e reinstalação do mobiliário, evitando prejuízos à continuidade das atividades administrativas e assegurando maior eficiência operacional.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida apresenta relação de complementaridade com outras contratações administrativas em andamento ou futuras, especialmente aquelas relacionadas às reformas prediais e adequações de ambientes, sem que haja dependência absoluta para sua execução.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico institucional, especialmente ao objetivo de “Assegurar meios e recursos que permitam o cumprimento das

políticas e diretrizes da gestão”, na medida em que viabiliza a adequada execução das reformas e readequações dos ambientes administrativos do edifício-sede.

A contratação dos serviços de desmontagem, montagem, remanejamento e transporte interno de mobiliário corporativo contribuirá para a continuidade das atividades administrativas, a adequada organização dos espaços institucionais e a preservação do patrimônio público, proporcionando suporte operacional necessário à implementação das ações de gestão e infraestrutura planejadas pela Administração.

PLANEJAMENTO

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida tem como objetivo assegurar suporte operacional às atividades de reforma, reorganização e adequação dos ambientes administrativos, proporcionando maior eficiência na movimentação e reinstalação do mobiliário corporativo.

Com a contratação de serviços sob demanda de desmontagem, montagem, remanejamento e reinstalação de mobiliário corporativo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante emissão de Ordens de Serviço, espera-se alcançar os seguintes benefícios:

- maior flexibilidade operacional para atendimento das demandas decorrentes das reformas e readequações de layout;
- execução dos serviços conforme necessidade da Administração;
- maior agilidade na liberação e reorganização dos ambientes administrativos;
- mitigação de riscos de danos ao mobiliário e ao patrimônio público, mediante execução dos serviços por empresa especializada;
- padronização dos procedimentos de desmontagem, movimentação e reinstalação de mobiliário;
- apoio à continuidade das atividades institucionais durante a execução das reformas prediais;
- otimização da gestão contratual, mediante centralização da execução dos serviços em uma única contratação;
- maior previsibilidade e controle dos custos relacionados às demandas de movimentação interna de mobiliário.

Adicionalmente, a contratação por demanda possibilitará maior eficiência no atendimento das demandas futuras da Administração, conforme evolução da reforma, conferindo maior racionalidade ao processo de contratação e maior capacidade de adaptação às necessidades que surgirem ao longo do contrato.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Ressalta-se que não foram identificadas necessidades de adequações estruturais relevantes, aquisição de bens adicionais ou contratação acessória específica para viabilizar a execução da solução pretendida.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução dos serviços de desmontagem, montagem, remanejamento e reinstalação de mobiliário corporativo poderá gerar impactos ambientais de baixa relevância, principalmente relacionados à geração de resíduos provenientes de embalagens, peças inutilizadas, materiais de fixação, componentes danificados e demais resíduos decorrentes das atividades de movimentação e reorganização dos ambientes.

Também poderão ocorrer impactos associados ao consumo de materiais de condicionamento e proteção, bem como à utilização de equipamentos necessários à execução dos serviços.

Com o objetivo de minimizar tais impactos, deverão ser observadas, sempre que aplicável, as seguintes medidas de sustentabilidade:

- destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- adoção de práticas que reduzam desperdícios de materiais e insumos;
- utilização racional de materiais de embalagem e condicionamento;
- priorização do reaproveitamento de componentes e acessórios do mobiliário sempre que tecnicamente viável;
- observância das normas de segurança, sustentabilidade e boas práticas ambientais aplicáveis à execução contratual.

Ressalta-se que a contratação não envolve atividades potencialmente poluidoras de elevado impacto ambiental, tampouco utilização relevante de recursos naturais ou geração significativa de resíduos perigosos.

Dessa forma, conclui-se que os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados reduzidos e passíveis de mitigação mediante adoção das medidas preventivas e boas práticas de execução previstas pela Administração e pela futura contratada.


VIABILIDADE

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE


15.1. Diante dos elementos consignados nestes estudos técnicos, constata-se que o objeto da contratação está alinhado com o Planejamento Estratégico da Entidade, que a solução é comumente prestada no mercado e que há recursos orçamentários suficientes à cobertura das despesas correspondentes.

15.2. Assim, a equipe de planejamento declara que a contratação, objeto destes Estudos Técnicos Preliminares, é viável sob os aspectos econômicos, de conveniência e de oportunidade.

16. RESPONSÁVEIS

Assinado digitalmente por:
VINICIUS TÁDEU REZENDE ROSA
CPF: ***.184.086-**
Certificado emitido por AC SyngularID Multipla
Data: 10/06/2026 17:12:37 -03:00 

Vinicius Tadeu Rezende Rosa
Gerente Administrativo e Financeiro

Assinado eletronicamente por:
Suélen Teixeira de Paula
CPF: ***.489.316-**
Data: 10/06/2026 17:13:03 -03:00 

Suélen Teixeira de Paula
Auxiliar Administrativo



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: DGL43-T7XJE-S7WAF-2KCUF

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ VINICIUS TADEU REZENDE ROSA (CPF ***.184.086-**) em 10/06/2026 17:12
- Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ Suélen Teixeira de Paula (CPF ***.489.316-**) em 10/06/2026 17:13 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
187.111.24.82	Não disponível
Autenticação	suelen.teixeira@crcmg.org.br
Email verificado	
CUn74J4pQjLzyruBMx7IXhMwaQedGNsg7rPgvUsjY40=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.crcmg.org.br/validate/DGL43-T7XJE-S7WAF-2KCUF>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.crcmg.org.br/validate>